

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE, no decorrer da execução do presente contrato, obriga-se a:

1 - permitir, durante a vigência do contrato, o acesso dos representantes e/ou empregados da Contratada ao local de prestação dos serviços, desde que devidamente identificados;

2 - fornecer condições adequadas de trabalho para a execução dos serviços;

3 - promover, através do Gestor do contrato, o acompanhamento e fiscalização dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte desta;

4 - atestar a execução do objeto do contrato por meio do Gestor do contrato;

5 - efetuar pagamento à Contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no contrato;

6 - disponibilizar para a CONTRATADA, a título precário, uma dependência, para uso exclusivo de depósito de materiais, podendo os seus empregados dispor das instalações sanitárias comuns durante o período de trabalho, ficando porém, vedado, terminantemente, o uso para alojamento ou moradia pessoal. A Contratada, a quem se confiará a chave da dependência, responderá pela guarda, assento e conservação do local cedido, bem como dos bens eventualmente disponibilizados por este Regional;

7 - notificar a Contratada para o início da execução dos serviços, através de ordem de serviço, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE designará para um servidor para atuar como Gestor do Contrato, com as seguintes atribuições:

1 - acompanhar a execução dos serviços com o objetivo de garantir o fiel cumprimento do contrato;

2 - atestar a Nota Fiscal/Fatura como condição para o pagamento;

3 - informar à Administração a ocorrência de descumprimento de cláusula contratual ou qualquer fato que prejudique a execução dos serviços, solicitando, quando for o caso, a aplicação das penalidades cabíveis;

4 - comunicar ao Chefe/Preposto da Contratada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

5 - ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou identificação, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

6 - analisar e, quando estiver de acordo, aprovar a lista mensal de materiais e equipamentos a serem usados na execução dos serviços, podendo solicitar substituição de produto, inclusive indicar, dentre os produtos disponíveis no mercado, aqueles que atendam as necessidades dos serviços, quando verificar que o item oferecido não atende ao aspecto qualidade, bem como exigir os acréscimos de quantitativos que julgar necessários.

DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - O pagamento será efetuado mensalmente, no valor de R\$ 22.690,00 (vinte e dois mil, seiscentos e noventa reais), perfazendo um total anual de R\$ 272.280,00 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e oitenta reais), através de ordem bancária emitida conforme os dados bancários fornecidos pela CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias úteis do adimplimento da obrigação, mediante apresentação dos seguintes documentos em vigor:

a) Certidão Negativa de Débito (CND), expedida pelo INSS.

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;

e) folha de pagamento e GFIP dos empregados envolvidos no ajuste, referente ao mês de prestação dos serviços;

f) Nota Fiscal/Fatura de Serviços, atestada pelo gestor do contrato.

Parágrafo primeiro - Se a Contratada for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal/fatura documento que comprove esta opção, situação em que não incidirá a retenção tratada no parágrafo terceiro desta Clausula.

Parágrafo segundo - Caso o início da vigência contratual não coincida com o início do respectivo mês, nesse mês e no último mês de vigência os valores serão rateados proporcionalmente aos dias do mês em curso. Nos demais, os encargos da efetiva prestação dos serviços serão cobrados, considerando-se o Valor Mensal dos Serviços.

Parágrafo terceiro - Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, na forma das normas pertinentes.

Parágrafo quarto - Considera-se como dia de efetivo pagamento o da entrega da Ordem Bancária na Instituição Financeira.

CLAUSULA SÉTIMA - Os pagamentos decorrentes do presente contrato, deverão ser levados a crédito na conta corrente nº 600-5, Agência nº 2404, Caixa Econômica Federal, cujo titular é a CONTRATADA.

DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO

CLAUSULA OITAVA - Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação.

Parágrafo Primeiro - Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente.

Parágrafo Segundo - A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos, de acordo com a Planilha de Custos e Formação de Preços constante do Anexo V do instrumento convocatório.

Parágrafo Terceiro - O valor dos insumos poderá ser reajustado depois de 1 (um) ano, a contar da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste, sendo utilizado, para tanto, o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGPD, da Fundação Getúlio Vargas.

DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLAUSULA NONA - As despesas decorrentes da execução deste contrato, correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional, conforme Programa de Trabalho Manutenção da Unidade nº 02.061.0571.2000.0001, Elemento de Despesa nº 339037, Nota de Empenho nº 2003NE000439, emitida em 15 de abril de 2003.

DA GARANTIA

CLAUSULA DÉCIMA - A Contratada presta garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, neste ato, na forma do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a qual só

será restituída ao final da contratação, ressalvada a possibilidade de descontos que porventura incidirem sobre a mesma, nos casos e nas formas previstas neste instrumento e no edital.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa do CONTRATADO no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

a) **ADVERTÊNCIA** - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido;

b) **MULTA MORATÓRIA** - no percentual diário de 0,1% (um décimo por cento), calculada sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre 1/12 avos do VALOR TOTAL DO CONTRATO, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido da garantia prestada e/ou do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

c) **MULTA COMPENSATÓRIA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar este valor, sobre o valor total do Contrato, podendo esse valor ser abatido da garantia prestada e/ou do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente;

d) **SUSPENSÃO** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração do TRT pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior; e,

f) outras penalidades, em função da natureza da infração, de acordo com o previsto na Lei 8.666/93 e no Decreto 3555/2000, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

Parágrafo primeiro - As sanções previstas nas alíneas "a", "b", "d" e "e" desta Clausula poderão ser aplicadas conjuntamente com a alínea "c", na forma do § 1º do art. 86 e do § 2º do art. 87, ambos da Lei de Licitações.

Parágrafo segundo - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei nº 8.666/93.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - É expressamente proibida, durante a execução dos serviços, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplica-se ao presente contrato, especialmente aos casos omissos, a Lei nº 10.520/2002, com seu regulamento, a Lei 8.666/1993, com suas alterações, a Instrução Normativa MARE nº 18/1997 e demais normas pertinentes à licitação e à contratação públicas

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As partes contratantes se vinculam ao edital de licitação e à proposta da CONTRATADA aceita pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Em cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste ajuste e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária de Maceió(Al), para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente avença.

E, para firmeza, como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente Contrato em cinco vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Maceió, 15 de abril de 2003.

SEVERINO RODRIGUES
Presidente do TRT da 19ª Região
CONTRATANTE

IVONETE PROFÍRIO BARROS
NB Serviços Gerais Ltda.
CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

CONTRATO TRT 19ª AJA Nº 019/2003.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, COM
FORNECIMENTO DE MATERIAIS E
EQUIPAMENTOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM NB SERVIÇOS GERAIS LTDA E
O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
DÉCIMA NONA REGIÃO.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, com sede na Av. Duque de Caxias nº 2076, Centro - Macaio/AL, inscrito no CNPJ sob o n. 35.734.318/0001-80, neste ato representado por seu presidente, Exmº Sr. Dr. JUIZ SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, portador do C.P.F. nº 028.691.444-15 e da Cédula de Identidade R.G. nº 552.731 SSP/PE, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa NB SERVIÇOS GERAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Eurico Acioy Wanderley, 69 Gruta de Lourdes - Macaio/AL, CEP 57.052-090, inscrita no CNPJ sob o nº 40.911.117/0001-41 adiante denominada CONTRATADA, aqui representada por sua sócia-gerente, Sra. Ivonete Portirio Barros, brasileira, divorciada, empresária, residente no Condomínio Aldebaran - ALFA, Q. "A" 26, Serraia - Macaio/AL, CEP 57080-900, portadora do C.P.F. nº 445.597.124-68 e da Cédula de Identidade nº 684.990 SSP/AL, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei 10.520/2002, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, e no que consta no processo administrativo TRT 19ª nº 1.133/2003, na modalidade pregão, este sob o nº 06/2003, pactuando o presente contrato de prestação de serviços, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à sua execução, nas diversas unidades deste Regional, mediante as condições estabelecidas neste ato e no instrumento convocatório e seus anexos.

DA DURAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 24/04/2003, podendo, a critério da Administração, mediante aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos moldes do art. 57, II da Lei 8.666/93.

DA FORMA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA, no decorrer da execução do presente contrato, obriga-se a:

1 - executar diretamente o objeto desta licitação, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações;

2- apresentar, previamente ao início da contratação, rol dos funcionários que executar os serviços, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, solicitar a substituição daquele que, por qualquer motivo, torne inoportuna sua permanência; serão mantidos à disposição do Contratante nos horários por este fixados, de modo a que não haja interrupção na prestação dos serviços;

4- recrutar e selecionar os profissionais que serão alocados para prestação dos serviços;

5 - fornecer uniforme para os profissionais, conforme modelo e quantidades estipuladas, e exigir o uso dos respectivos crachás de identificação durante o exercício de suas atividades;

6 - quando necessário, fornecer equipamentos de segurança aos seus empregados, como: óculos, viseira, luvas, botas, máscaras, cinto de segurança e outros;

7 - colocar empregados do sexo feminino para execução dos serviços de limpeza nas instalações sanitárias femininas, devendo tal compatibilidade ser observada em relação aos empregados do sexo masculino;

8 - prestar serviços extraordinários, quando exigidos pelo CONTRATANTE, remunerando seus empregados de acordo com a legislação vigente;

9 - fornecer vale transporte para toda categoria, conforme as quantidades estipuladas;

10 - substituir o empregado ausente em suas faltas ao serviço e seus afastamentos legais;

11- responder por todas as obrigações e ônus no que se refere aos seus empregados, tais como: salários, encargos sociais, acidentes, auxílios transporte, impostos e demais obrigações previstas neste Contrato, isentando a Administração de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região;

12- manter o quantitativo de pessoal e obediência ao horário de trabalho estabelecido pelo Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas;

13- ministrar a cada 12 meses, a partir do 3º mês de atividades (contados a partir da assinatura do contrato ou da renovação), curso de treinamento, reciclagem, relações interpessoais e segurança no trabalho, perfazendo uma carga horária mínima de 40 horas.

14- manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

15 - proceder a apresentação da nota fiscal para os serviços contratados, destacando o valor da retenção para a Seguridade Social que deverá corresponder a 11% (onze por cento) do valor bruto da respectiva nota, ficando facultada a contratada a discriminação, na nota fiscal, fatura ou recibo, do valor correspondente ao material e/ou equipamentos fornecidos em razão do contrato, que será excluído da retenção, desde que devidamente comprovado;

16- acatar a fiscalização do serviço contratado, feita pela Gestor do contrato, e cuja solicitação atender-se-á imediatamente;

17- iniciar a execução dos serviços na data especificada na ordem de serviço expedida pelo Setor competente;

18- fornecer ao Contratante, quando por este solicitadas, cópias dos contracheques, das folhas de pagamento e dos comprovantes do recolhimento dos encargos sociais.

Parágrafo Único - A inadimplência da licitante vencedora, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e quaisquer outros resultantes da execução do contrato, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta licitação.